

86:82 05:00:50.7 000025 000000 000000 000000



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Parágrafo único. As Prioridades e Metas de que trata este artigo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2012, não constituindo limites à programação das despesas.

Art. 3º As metas e resultados fiscais de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 são as constantes dos anexos I a VII desta Lei.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária de 2012 que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa e a respectiva Lei serão constituídos de:

- I - texto da Lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei;
- IV - anexo do orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital, com direito a voto;
- V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- VI - demonstrativos e informações complementares.

§1º O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

I - da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I integrante da Lei nº 4.320/64;

II - da receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II integrante da Lei Federal nº 4.320/64;

III - da despesa, segundo as classificações institucional e funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração pública Estadual, direta e indireta;

IV - da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo os programas de governo estabelecidos na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2012/2015, cujo projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro de 2011, com seus objetivos detalhados por atividades, projetos e operações especiais, identificando, quando pertinente, as metas e unidades executoras;

V - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

VI - das aplicações em ações e serviços públicos de saúde, demonstrando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000; e



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

VII - do quadro da dívida fundada e flutuante do Estado, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320/64.

§2º O anexo do orçamento de investimento a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo será composto de demonstrativos consolidados e por empresa, com a indicação das respectivas fontes de financiamento e aplicações dos recursos.

§3º Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso IV do **caput** deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I - demonstrativo da evolução da receita e da despesa, na forma prevista no inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64;

II - relação da legislação referente à receita, prevista nos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive das leis autorizativas das operações de créditos incluídas na proposta orçamentária;

III - detalhamento das classificações orçamentárias da receita e da despesa, utilizadas na elaboração dos orçamentos;

IV - demonstrativo dos recursos oriundos de operações de crédito internas e externas, com indicação da lei autorizativa e do montante alocado como contrapartida;

V - demonstrativo da compatibilidade das metas programáticas constantes da Proposta Orçamentária, com as previstas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2012/2015, cujo projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro de 2011; e

VI - descrição sucinta das principais finalidades dos órgãos e entidades da Administração pública Estadual, com a indicação da respectiva legislação básica.

Art. 5º A receita será detalhada na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e fontes, segundo o detalhamento constante da Portaria Conjunta nº 03, de 15 de outubro de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Art. 6º Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como, de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional e funcional, da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 7º Considera-se unidade orçamentária o órgão, entidade ou fundo da administração pública estadual, direta e indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual, ou em seus créditos adicionais, para a execução das ações integrantes do Programa de Trabalho aprovado pelos referidos atos.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Parágrafo único. As dotações destinadas ao atendimento de despesas ou encargos da Administração pública Estadual que não sejam específicos de determinado órgão ou secretaria ou cuja gestão e controle centralizados interessam à administração, com vistas à sua melhor gestão financeira e patrimonial, serão alocadas na Unidade Orçamentária 22102 - Operações Especiais, sob gestão da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º A despesa orçamentária com relação à classificação funcional e estrutura programática, será detalhada conforme previsto na Lei Federal nº 4.320/64, segundo a discriminação atualizada pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, observados os seguintes títulos e conceitos:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

II – Subfunção, partição da função que agrega determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa, instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – Projeto, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

V – Atividade, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

VI – Operação Especial, instrumento que engloba despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§1º Para fins de planejamento e orçamento, considera-se categoria de programação a denominação genérica que engloba programa, atividade, projeto e operação especial; e o termo ação, a que engloba as três últimas categorias.

§2º Os programas da administração pública estadual, com sua identificação e composição em objetivos, ações, metas e recursos financeiros, serão instituídos no Plano Plurianual ou mediante lei que autorize a inclusão de novos programas.

Art. 9º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o detalhamento constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Manual de Despesa Nacional, aprovado pela Portaria Conjunta nº 03, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§1º As categorias econômicas são Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§2º Os grupos de despesas que agrupam os elementos com as mesmas características quanto ao objeto de gasto são identificados pelos seguintes títulos e códigos:

- I - grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II - grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III - grupo 3 - Outras Despesas Correntes - 3;
- IV - grupo 4 - Investimentos - 4;
- V - grupo 5 - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;
- VI - grupo 6 - Amortização da Dívida - 6;
- VII - grupo 7 - Reserva do RPPS - 7; e
- VIII - grupo 9 - Reserva de Contingência - 9.

§3º A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial, com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pelos órgãos e entidades da administração pública estadual ou mediante transferência por órgãos e entidades de outras esferas de governo ou por instituições privadas, sendo identificada na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, no mínimo, nos seguintes títulos:

- I - transferências à União - 20;
- II - transferências a Estados e Distrito Federal - 30;
- III - transferências a Municípios - 40;
- IV - transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - 50;
- V - transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;
- VI - transferências a consórcios públicos - 71;
- VII - transferências ao Exterior - 80;
- VIII - aplicações diretas - 90;
- IX - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91; ou
- X - a definir - 99.

§4º Estão compreendidas no grupo "Outras Despesas Correntes" as transferências constitucionais e legais aos Municípios; e, no grupo "Inversões Financeiras", quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas.

§5º O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gastos, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração pública para consecução dos seus fins.

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:44

DATL/Casa Civil



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§6º Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa pelos órgãos centrais de planejamento e de contabilidade do Estado.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS
ESTATAIS

SEÇÃO I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração, aprovação e execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das Estatais serão, também, orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas às receitas, despesas, resultado primário e montante da dívida pública, estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados; e

IV - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 11. A proposta orçamentária da administração pública estadual, direta e indireta, terá seus valores a preços médios esperados em 2012, adotando-se, na sua projeção ou atualização, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), e a projeção do PIB, salvo para os valores relacionados à moeda estrangeira, quando será aplicada a variação do respectivo valor médio no mesmo período.

Art. 12. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como, a respectiva execução, além de observar as demais diretrizes desta Lei e propiciar o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de governo, será feita:

I - por programa, projeto, atividade e operação especial, observadas as classificações orçamentárias da despesa pública; ou

II - diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução do projeto, atividade ou operação especial correspondentes, excetuados os créditos que necessitarem de gestão e controle centralizados.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 13. Os recursos ordinários do Tesouro Estadual serão alocados para atender adequadamente, em ordem de prioridade, as seguintes despesas:

- I - transferências e aplicações vinculadas, previstas em dispositivos constitucionais e legais;
- II - pessoal e encargos sociais, observados os limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000;
- III - juros, encargos e amortizações das dívidas interna e externa;
- IV - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos, em convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso; e
- V - outras despesas administrativas, investimentos e inversões financeiras.

Parágrafo único. Os recursos oriundos de contratos, convênios ou outros ajustes serão programados de acordo com o estabelecido nos respectivos termos, independentemente da ordem de prioridade prevista neste artigo.

Art. 14. A programação das ações de investimento e finalísticas da administração pública, direta e indireta, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, além do atendimento às prioridades e metas estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2012/2015, cujo projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro de 2011, deverão observar, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes regras:

I - não será consignada dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição e no § 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - observado o inciso anterior, a inclusão de novos projetos somente será admitida depois de atendidos adequadamente os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - os recursos alocados deverão ser suficientes para a conclusão de uma ou mais unidades de execução do projeto ou de uma de suas etapas; neste caso, se a sua duração exceder a mais de um exercício.

§1º Entende-se como projeto em andamento, para fins do previsto neste artigo, aquela ação, inclusive uma das suas unidades de execução ou etapas de investimento programado, cuja realização física prevista até o final do exercício de 2011 seja de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total programado, independentemente da execução financeira, excluindo-se dessa regra os projetos, inclusive suas ações ou etapas, que sejam atendidos com recursos oriundos de operações de crédito ou convênios.

§2º Os investimentos em obras públicas serão discriminados por região ou Município, observada a regionalização estabelecida no Plano Plurianual.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 15. As receitas próprias das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e empresas estatais dependentes, respeitadas as normas legais específicas, deverão ser alocadas de forma suficiente para atender, em ordem de prioridade, ao seguinte:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;
- III - contrapartidas de operações de créditos e convênios;
- IV - outras despesas administrativas e operacionais; e
- V - investimentos e inversões financeiras.

§1º O atendimento total de uma das despesas referidas neste artigo, com recursos do Tesouro Estadual, deverá ser compensado com a alocação de recursos próprios, para cobrir o outro tipo de despesa subsequente, observada a ordem de prioridades estabelecida.

§2º Os recursos oriundos de contratos, convênios ou outros ajustes serão programados em conformidade com o previsto nos termos pertinentes.

Art. 16. Não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor ativo da administração pública, direta e indireta, pela prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive se custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 17. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em categoria de programação específica da unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas estatais dependentes, as dotações destinadas ao atendimento de:

I - despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

II - auxílios ou serviços concedidos ou prestados, de modo total ou parcial, a seus servidores ou empregados, inclusive a seus dependentes, tais como os referentes a:

- a) refeição, alimentação, transporte ou outros assemelhados;
- b) assistência pré-escolar;
- c) assistência médica e odontológica.

III - gastos com propaganda, promoção e divulgação institucional, excetuando-se aqueles que, por razões de financiamento ou vinculação programática, sejam alocados em projetos ou ações finalísticas próprias;

IV - sentenças judiciais transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, conforme dispõe o art. 100 da Constituição Federal, e de outros débitos judiciais periódicos vincendos.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 18. No Projeto de Lei Orçamentária de 2012, somente poderão ser incluídas dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujo pedido de autorização para a sua realização tenha sido encaminhado ao Poder Legislativo, até 31 de agosto do mesmo exercício em que o referido projeto seja elaborado, ressalvadas aquelas relacionadas com as operações a serem contratadas junto aos organismos multilaterais de crédito destinadas a apoiar programas de ajustes setoriais.

Art. 19. Na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2012, deverão ser consideradas as previsões das receitas e das despesas e a obtenção de superávit primário, discriminadas nos anexos de metas fiscais que integram esta Lei, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2012 e as demais metas ou compromissos acordados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Roraima.

I - Parâmetros macroeconômicos para estimativa das receitas:

a) tributárias:

1 - inflação prevista com base no Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE);

2 - projeção do PIB.

b) transferidas pela União, de acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compatibilizadas com o desempenho dessas receitas;

c) fundos estaduais, de acordo com a origem das receitas; e

d) demais receitas próprias, conforme Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), e outros índices de preços, avaliada a compatibilidade com o desempenho de cada item da receita.

§1º As metas fiscais constantes dos anexos desta Lei poderão ser revistas, obedecidos os limites do Programa de Ajuste Fiscal firmado com a União/Secretaria do Tesouro Nacional, e, caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no conjunto de Outras Despesas Correntes e no montante de Investimentos e Inversões Financeiras constantes na programação inicial da Lei Orçamentária Anual, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

§2º Na hipótese de ocorrência do disposto no § 1º deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, até o término do mês subsequente ao bimestre, o montante que caberá a cada um, na limitação de empenho e da movimentação financeira, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e de despesa, ficando facultada aos mesmos a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados no § 1º e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:44

DATL/Casa Civil

Handwritten signature/initials in blue ink.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§3º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com base na comunicação de que trata o § 2º deste artigo, publicarão ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, e estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no § 1.º deste artigo.

§4º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no **caput** do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e de despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata os anexos das Metas Fiscais desta Lei e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 20. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites das despesas correntes e de capital destinadas ao custeio e investimento para sua manutenção e funcionamento o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual de 2011, acrescidos dos valores dos créditos adicionais, enviados à SEPLAN até 30 de junho de 2011, corrigidas para preços correntes de 2012, conforme os parâmetros de projeção de receita definidos no Anexo I desta Lei.

§1º Serão excluídos do conjunto de dotações a que se refere o **caput** deste artigo os recursos decorrentes de emendas parlamentares constantes na Lei nº 801, de 12 de janeiro de 2011, acrescidos ao Orçamento do seguinte órgão:

I - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – R\$ 14.000.000,00, destinados à construção de prédios para o Tribunal, (rubrica 4.4.90.51) e R\$ 2.500.000,00, destinados a atender necessidades de execução de despesa de exercícios anteriores referentes à Parcela Autônoma de Equivalência (rubrica 3.1.90.92).

§2º Serão excluídos do conjunto de dotações a que se refere o **caput** deste artigo, os recursos constantes na Lei nº 760, de 15 de janeiro de 2010, e na Lei nº 801, de 12 de janeiro de 2011, acrescidos ao Orçamento do seguinte órgão:

I – Ministério Público Estadual – R\$ 4.000.000,00 – Exercício de 2010 e R\$ 2.000.000,00 – Exercício de 2011, destinados a atender necessidades de execução de despesa de exercícios anteriores referentes à Parcela Autônoma de Equivalência (rubrica 3.1.90.92).

§3º Será excluída do conjunto de dotações a que se refere o **caput** deste artigo aquela destinada ao pagamento de precatórios judiciais e sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§4º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

§5º O Poder Executivo apresentará, até o dia 29 de julho de 2011, aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública as informações das receitas orçamentárias estimadas para o exercício de 2012, inclusive da receita corrente líquida.

Art. 21. No Projeto de Lei Orçamentária de 2012, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes de 2012, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2012, conforme discriminado nos anexos de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 22. Para fins de consolidação e encaminhamento da Proposta Orçamentária do Estado à Assembleia Legislativa, observadas as disposições desta Lei, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública deverão:

I - adotar os procedimentos de elaboração dos orçamentos estabelecidos para a Administração pública Estadual pelo Órgão Central de Planejamento Estadual; e

II - encaminhar, através do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN, até 31 de agosto de 2011, ao Órgão Central do Sistema de Planejamento, o Plano Anual de Trabalho (PAT) da Unidade Orçamentária (UO).

Art. 23. A alocação dos créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos, a título de transferência, para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 24. O Órgão Central do Sistema Estadual de Planejamento, com base na estimativa da receita, efetuada em conjunto com a Secretaria da Fazenda, e tendo em vista o equilíbrio fiscal do Estado, estabelecerá o limite global máximo para a elaboração da Proposta Orçamentária de cada órgão da administração direta do Poder Executivo, incluindo as entidades da administração indireta e os fundos a eles vinculados.

Art. 25. A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", constituída exclusivamente dos recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a até 3% (três por cento) da sua receita corrente líquida, para atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. Em cumprimento ao art. 4º, I, "e", da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a avaliação anual dos programas de governo financiados com recursos do orçamento dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública,

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:44

DATL/Casa Civil

PA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

denominado Relatório da Ação Governamental, será entregue pelo chefe do Poder Executivo à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, até 15 de abril do ano subsequente.

SUBSEÇÃO I
Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 27. As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária ou aos projetos que o modifiquem serão apresentadas em conformidade com o disposto no art. 113 da Constituição Estadual e art.33 da Lei 4320/64, admitidas desde que:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida; e
 - c) transferências para Municípios.
- III - sejam relacionados:
 - a) com a correção de erros ou omissões; e
 - b) com os dispositivos de texto do Projeto de Lei.

Parágrafo único. As emendas parlamentares aprovadas pelo Poder Legislativo Estadual constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

SUBSEÇÃO II
Das Vedações

Art. 28. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

- I - início de construção, ampliação, reforma, aquisição e locações ou arrendamentos de imóveis residenciais;
- II - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional, exceto para as ocupadas pelo Governador e pelo Vice-Governador do Estado, e dos titulares dos demais poderes, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- III - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- IV - compra de títulos públicos por parte de órgãos da administração indireta estadual, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão; e
- V - celebração, renovação e prorrogação do contrato de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão.

Art. 29. Nas programações da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente constituídas as unidades executoras;



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária; e

III - incluídas despesas a título de investimento - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, e projetos relevantes, não se permitindo, nessa hipótese, despesas com pessoal e encargos.

Art. 30. Na alocação de recursos para obras da administração pública, direta e indireta, será observado o seguinte:

I - projetos em fase de execução terão precedência sobre novos projetos;

II - não poderão ser programados projetos:

a) que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada;

b) à custa de anulação de dotações destinadas a projetos em andamento.

Art. 31. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa ficam condicionados à:

I - apresentação de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2012/2015, cujo projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro de 2011, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indicação da origem dos recursos para seu custeio e da estimativa prevista no art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000; e

III - não-afetação das metas fiscais, conforme estabelece o § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 32. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, esporte, cultura e lazer, e estejam registradas como Entidades de Utilidade Pública Estadual ou no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; e

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2012 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º É vedada a celebração de convênio de que trata este artigo com entidade que se encontre inadimplente em relação à prestação de contas referente a recursos recebidos da administração pública estadual.

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:44

DATL/Casa Civil

DA



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§3º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 33. Os recursos para compor a contrapartida estadual de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se por meio da abertura de créditos adicionais com autorização específica.

Art. 34. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais de dotações para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública estadual, direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios ou outros instrumentos congêneres, firmados pelos órgãos ou entidades a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente em exercício.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo a pesquisadores de instituições de pesquisas e a instrutores de programas de treinamento de recursos humanos.

Art. 35. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

§2º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, após o último dia útil do exercício, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

SUBSEÇÃO III
Das Disposições sobre Precatórios

Art. 36. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade e serão identificadas como operações especiais específicas.

§1º Os recursos destinados a precatórios judiciais, até que sejam extintos, não serão cancelados para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

§2º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais derivados de órgãos da administração direta do Poder Executivo serão alocados na Unidade Orçamentária 22102 - Operações Especiais.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§3º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais derivados de órgãos da administração indireta serão alocados nas unidades orçamentárias responsáveis pelo débito.

Art. 37. O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio das relações dos dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedoras, encaminhará à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2012, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 9º desta Lei, especificando:

- I - número do processo;
- II - número do precatório;
- III - data da expedição do precatório;
- IV - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda; e
- V - valor do precatório a ser pago, atualizado até 01 de julho de 2011.

§1º Os órgãos e entidades devedores referidos no **caput** deste artigo comunicarão à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, no prazo máximo de cinco dias, contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos de que trata o **caput** deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a, pelo menos, uma das seguintes condições:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II - certidão de que não tenham sido apostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§3º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

§4º Para fins de acompanhamento e controle centralizados, os órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, observadas as orientações e os procedimentos por ela baixados.

§5º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, o Procurador Geral do Estado poderá incumbir os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas do exame dos processos pertinentes aos precatórios devidos por essas entidades.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 38. A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2012 destinadas ao pagamento de precatórios parcelados, tendo em vista o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal (CF) far-se-á de acordo com os seguintes critérios:

I - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

II - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da emissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite disposto no inciso I, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

III - será incluída a parcela, a ser paga em 2012, decorrente do valor parcelado dos precatórios relativos aos exercícios de 2005 a 2011; e

IV - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objeto de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

SUBSEÇÃO IV
Das Transferências Voluntárias

Art. 39. As transferências voluntárias de recursos do Estado, consignadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, para Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

I - instituiu, regulamentou e arrecadou todos os tributos previstos no art. 156 da Constituição Federal, ressalvado o inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador;

II - atende ao disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000; e

III - existe previsão de contrapartida, que será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite mínimo 2% (dois por cento) do valor da transferência.

Art. 40. As transferências voluntárias de recursos para os municípios, consignadas nos orçamentos do Estado e em seus créditos adicionais, a título de cooperação, auxílios, assistência financeira e outros assemelhados, serão realizadas mediante convênio, acordo ou outro ajuste, somente podendo ser concretizadas se, no ato da assinatura dos referidos instrumentos, a unidade beneficiada comprovar a observância do disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Ao órgão ou entidade responsável pela transferência de recursos aos municípios caberá:



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

I - verificar a implementação das condições previstas neste artigo, mediante a apresentação pelo Município de declaração que ateste o cumprimento dessas disposições, acompanhada dos balanços contábeis de 2011, da Lei Orçamentária de 2012 e dos correspondentes documentos comprobatórios;

II - proceder ao bloqueio das dotações pertinentes, bem como, ao empenho e registros contábeis correspondentes no FIPLAN; e

III - acompanhar e controlar a execução das ações desenvolvidas com os recursos transferidos.

§2º São vedadas as transferências voluntárias de recursos dos orçamentos do Estado, inclusive sob a forma de empréstimo, para os municípios, destinadas ao pagamento de servidores municipais, ativos e inativos, e de pensionistas, conforme dispõe o inciso X do art. 167 da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO V
Das Transferências ao Setor Privado

Art. 41. A inclusão de dotações, a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, somente será feita se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública estadual; e

IV - sejam qualificadas como organizações sociais.

§1º A execução das dotações sob os títulos especificados neste artigo, além das condições nele estabelecidas, dependerá da assinatura de convênio, conforme o disposto no art. 116, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, salvo quando submetida a contrato de gestão.

§2º Aos órgãos ou entidades responsáveis pela concessão de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, conforme previsto no **caput** deste artigo, competirá verificar, quando da assinatura de convênio, contrato de gestão ou outros ajustes, o cumprimento das exigências, inclusive da prévia autorização por lei específica, constantes do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO II
Das Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 42. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão as receitas e as despesas dos Poderes, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública, seus órgãos, fundos, autarquias e



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto, e que dele recebam recursos do Tesouro Estadual.

§1º Para fins desta Lei e nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar 101/2000, serão consideradas empresas estatais dependentes as empresas controladas referidas no **caput** deste artigo, cujos recursos recebidos do Tesouro Estadual sejam destinados ao pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, devendo a respectiva execução orçamentária e financeira do total das receitas e despesas ser registrada no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN.

§2º Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que, integrantes do orçamento de investimento, recebam recursos do Estado por uma das seguintes formas:

- I - participação acionária;
- II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços; e
- III - integração de recursos financeiros a fundo de investimento gerido por agência financeira oficial de fomento.

§3º A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 43. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e dotações destinadas aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, inclusive seus fundos e fundações, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social, compreendendo inclusive aquelas relativas à concessão de benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes do Estado, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, que serão consignadas ao Fundo Previdenciário dos servidores admitidos a partir da publicação da Lei Complementar nº 079, de 10 de outubro de 2004, e ao Fundo Financeiro dos servidores admitidos até a data da publicação da referida lei, vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Roraima - IPER, integrante do Orçamento da Seguridade Social;

Parágrafo único. A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

SEÇÃO III
Das Diretrizes do Orçamento de Investimento das Empresas



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 44. O orçamento de investimento compreenderá as empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Estadual pelas formas previstas no § 2º do art. 42 desta Lei.

§1º O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos e a despesa, segundo a classificação funcional, as categorias programáticas até seu menor nível, a categoria econômica e o grupo de despesa, nos quais serão aplicados os recursos.

§2º As empresas estatais cujas receita e despesa constem integralmente no orçamento fiscal, de acordo com o disposto nesta Lei, não comporão o orçamento de que trata este artigo.

Art. 45. As empresas integrantes do orçamento de investimento, para fins de prestação de contas, respeitarão, no que couber, as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

SEÇÃO IV

Das disposições sobre a Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

Art. 46. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, contemplando os limites por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

§2º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, quando verificarem pelo Poder competente que a realização da receita está aquém do previsto, promoverão a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 47. Havendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo I desta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2012, em cada categoria de programação indicada, excluídas as



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante que caberá a cada um, na limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicarão ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, detalhado por grupo de despesa, de acordo com a definição do § 2º do art. 9º desta Lei;

IV - a limitação de empenho e a movimentação financeira deverão ser efetuadas observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios; e
- c) outras despesas correntes.

§1º À Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, no âmbito do Poder Executivo, caberá analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§2º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

SUBSEÇÃO I
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 48. As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, se publicadas por meio de portaria do Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Parágrafo único. As modificações a que se refere o **caput** deste artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária.

Art. 49. Para fins de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, fica autorizada a abertura de elementos de despesa à Lei Orçamentária Anual, quando se fizer necessário.

SUBSEÇÃO II
Dos Créditos Adicionais



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 50. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais apresentados à Assembleia Legislativa e os decretos de créditos suplementares editados pelo Poder Executivo obedecerão, sob pena de nulidade, à forma e aos detalhamentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320/1964.

§3º Os créditos adicionais aprovados pela Assembleia Legislativa serão abertos por decreto do Governador.

Art. 51. A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Governador.

Art. 52. A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme o disposto no art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964, com a finalidade de:

I - atender à insuficiência de dotações orçamentárias até o limite de 20% da despesa orçamentária anual de 2012, mediante a utilização de recursos proveniente:

- a) da reserva de contingência, nos termos do art. 25 desta Lei;
- b) do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320/1964;
- c) do superávit financeiro do Estado, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2011, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/1964;

d) do produto de operações de crédito e das respectivas variações monetária e cambial, até o limite autorizado por esta Lei.

II - transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Parágrafo único. Não serão computadas, para efeito do limite previsto neste artigo, despesas relativas a:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários;
- III - transferências constitucionais a municípios;
- IV - pagamento do serviço da dívida;
- V - pagamento de bolsas de estudo;
- VI - convênios e recursos fundo a fundo;
- VII - recurso próprio;
- VIII - superávit apurado em balanço; e
- IX - transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

PP



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 53. VETADO.

§1º VETADO.

§2º VETADO.

§3º VETADO.

Art. 54. Ficam autorizadas a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 55. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como, admissões ou contratações de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis e o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente será efetivada se:

I - estiver de conformidade com o disposto nesta Lei; e

II - houver dotação orçamentária suficiente para atender às despesas correspondentes no referido exercício financeiro.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo, são de competência da Secretaria de Estado da Administração e Gestão Estratégica, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e Secretaria de Estado da Fazenda a emissão de Nota Técnica declarando a propriedade da matéria, ficando a manifestação condicionada à sua área de competência.

Art. 56. As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do **caput** deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

CAPÍTULO V
DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PELAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS
OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 57. A concessão de crédito, mediante financiamento e prestação de garantias, fianças e/ou avais, por agência financeira oficial de fomento do Estado, além da sua compatibilização com as diretrizes do Plano Plurianual 2012/2015, cujo projeto de Lei será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro de 2011, observará as seguintes linhas de aplicações:

I - fortalecimento da agricultura familiar, através do financiamento das atividades agropecuárias e outras exploradas pelo emprego direto da força de trabalho do produtor rural e da sua família;

II - apoio à fruticultura roraimense, mediante financiamento de investimentos relacionados com a implantação ou melhoramento das espécies de frutas;

III - apoio a projetos de implantação, expansão, modernização ou realocização de empresas, inclusive a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, e capital de giro associado;

IV - apoio aos pequenos negócios, mediante a ampliação da oferta de crédito produtivo, possibilitando a manutenção e ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais pobre da população com dificuldade de acesso a créditos junto a instituições financeiras;

V - apoio financeiro a instituições operadoras de microcrédito;

VI - fomento às microempresas e empresas de pequeno porte com capital de giro, estimulando a criação de empregos e a adesão ao Regime Simplificado de Apuração e Pagamento do ICMS;

VII - apoio financeiro a empreendimentos que desejam se implantar em Roraima, mediante a ampliação e construção de novas instalações;

VIII - apoio à aquisição de veículos novos, tipo táxi;

IX - fomento a programas e projetos que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agropecuário, agroindustrial e pesqueiro, inclusive visando à interiorização desses empreendimentos;

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:44
DATL/Casa Civil

Handwritten signature in blue ink.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

- X - fomento à implantação de empresas do setor moveleiro;
- XI - fomento a empreendimentos da cadeia produtiva de grãos no Estado; e
- XII - fomento à exportação de produtos fabricados no Estado.

Art. 58. O Poder Executivo deverá enviar à Assembleia Legislativa, em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2012, plano de aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento do Estado, contendo o executado nos 2 (dois) últimos exercícios, o previsto para 2011 e o estimado para 2012, conforme a origem dos recursos:

- I - saldos anteriores;
- II - concessões anteriores;
- III - recebimentos no período, discriminando-se amortizações e encargos; e
- IV - saldos atuais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO E
MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA

Art. 59. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária estadual e incremento da receita ou emitirá orientações e procedimentos específicos sobre:

- I - adaptação e ajustamentos da legislação tributária às alterações da correspondente legislação federal e demais recomendações oriundas da União;
- II - revisões e simplificações da legislação tributária e das contribuições sociais da sua competência;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários; e
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Estado, mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, e daquelas propostas através de projeto de lei, somente após a devida aprovação legislativa.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. Para efeito do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

- I - as informações exigidas nos incisos I e II do mencionado artigo da Lei Complementar, integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº 8.666/1993, assim como, os procedimentos relativos à dispensa ou inexigibilidade de licitação e de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

II - entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 61. Para cumprimento do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal 101/2000, considera-se:

I - contraída a obrigação, no momento da formalização do contrato administrativo ou outro instrumento congênere; e

II - compromissadas, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 62. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2012 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2011, a programação dele constante poderá ser executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma do Orçamento realizado, do exercício anterior.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 1º de agosto de 2011.


JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101 de 2000)

R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014	
	PIB real (P1)	1,050	PIB real (P2)	1,055	PIB real (P3)	1,055
	IPCA (I1)	1,045	IPCA (I2)	1,045	IPCA (I3)	1,045
	PREVISÃO		PREVISÃO		PREVISÃO	
	2011 constante (A)	corrente (B) = A * P1 * I1	constante (C) = B * P2	corrente (D) = B * P2 * I2	constante (E) = D * P3	corrente (F) = D * P3 * I3
I - RECEITAS FISCAIS						
I.1 - Receitas Correntes + Capital	1.861.929	2.043.002	2.155.367	2.252.359	2.373.239	2.483.170
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	377.091	413.763	436.520	456.163	481.252	502.909
I.1.2 - Transferências da União	1.759.213	1.930.296	2.036.463	2.128.104	2.245.149	2.346.181
I.1.3 - Demais (receitas financeiras)	48.147	52.829	55.735	58.243	61.446	64.211
I.1.4 - Deduções da Receita p/Formação do FUNDEB	(322.522)	(353.887)	(373.351)	(390.152)	(411.610)	(430.133)
Total das Receitas Fiscais (I)	1.861.929	2.043.002	2.155.367	2.252.359	2.373.239	2.483.170
II - DESPESAS FISCAIS						
II.1 - Despesas Correntes + Capital	1.861.929	2.043.002	2.155.367	2.252.359	2.373.239	2.483.170



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	13.509	14.823	15.638	16.342	17.241	18.016
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida	7.799	8.557	9.028	9.434	9.953	10.401
II.2.2 - Amortização da Dívida	5.710	6.265	6.610	6.907	7.287	7.615
II.2.3 - Despesas de Transfer. Intragovernamental	-	-				
Total das Despesas Fiscais (II)	1.848.420	2.028.179	2.139.729	2.236.017	2.355.998	2.465.154
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	13.509	14.823	15.638	16.342	17.241	18.016
IV - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - IPER	173.511	190.385	200.856	209.895	221.439	231.404
V - TOTAL DE RECEITAS (I + IV)	2.035.440	2.233.387	2.356.223	2.462.254	2.597.678	2.714.574

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda/ Lei Orçamentária Anual 2011/PLDO Federal 2012.

OBS: Para os cálculos de projeção considerou-se: 2012 - PIB 5,00%, IPCA 4,50%; 2013 - PIB 5,5%, IPCA 4,5% e 2014 - PIB 5,5%, IPCA 4,5%.

DP



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO II
ANEXO DE METAS FISCAIS
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000)
RESULTADO NOMINAL

R\$1,00						
DISCRIMINAÇÃO	BALANÇO 2009	BALANÇO 2010	Projecao 2011	Projecao 2012	Projecao 2013	Projecao 2014
(A) DÍVIDA CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	626.763.053	752.687.402	883.165.584	973.667.977	1.068.357.188	1.177.837.091
(-) Disponibilidades Financeiras	285.601.160	308.904.906	341.166.151	376.127.153	412.705.518	454.997.516
(=) Dívida Consolidada Líquida do exercício Anterior	341.161.893	443.782.496	541.999.432	597.540.824	655.651.669	722.839.574
(-) Receitas de Privatizações e Alienações	-	-	-	-	-	-
(=) Dívida Fiscal Líquida do Exercício Anterior	341.161.893	443.782.496	541.999.432	597.540.824	655.651.669	722.839.574
(B) DÍVIDA CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO	752.687.402	883.165.584	973.667.977	1.068.357.188	1.177.837.091	1.298.535.946
(-) Disponibilidades Financeiras	308.904.906	341.166.151	376.127.153	412.705.518	454.997.516	501.623.387
(=) Dívida Consolidada Líquida do exercício	443.782.496	541.999.432	597.540.824	655.651.669	722.839.574	796.912.559
(-) Receitas de Privatizações e Alienações	-	-	-	-	-	-
(=) Dívida Fiscal Líquida do Exercício	443.782.496	541.999.432	597.540.824	655.651.669	722.839.574	796.912.559
RESULTADO NOMINAL (B - A)	102.620.603	98.216.936	55.541.392	58.110.845	67.187.905	74.072.985

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda/Balanço Geral do Estado

OBS: Para os cálculos de Projeção 2011, PIB de 5,5% e IPCA de 4,5%; 2012, PIB de 5,0% e IPCA de 4,5% e 2013, PIB de 5,5% e IPCA de 4,5% e 2014 considerou-se PIB de 5,5% e IPCA de 4,5%.

Handwritten signature



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO III - A
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO
(Art. 4º, § 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/2000)

R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio / Capital	2.307.890.453	100	2.792.616.567	100	3.078.789.950	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda/Balanço Geral do Estado

ANEXO III - B
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
(Art. 4º, § 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/2000)

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011
I - Alienação de Ativos	-	-	-
II - Aplicação de Recursos Provenientes de Alienação de Ativos	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-
III - SALDO A APLICAR (I-II)	-	-	-

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda - Balanço Geral do Estado

[Handwritten signature]



FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Conforme a Lei Estadual nº. 079, de 18/10/2004, o Fundo Previdenciário custeará as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos após 19 de janeiro de 2005 e seus dependentes.



9. Parecer Atuarial

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Estado de Roraima e seus servidores vertem contribuições mensais para um Fundo Previdenciário.

A Base de Dados apresentada consistiu de dados amplos e atualizados, entretanto apresentou inconsistências, que foram sanadas através da adoção de premissas demográficas. A adoção de premissas para suprir tais inconsistências sempre causa desvios nos resultados. Como o nível de consistência foi baixo, principalmente no que tange a informação referente ao tempo de serviço anterior à admissão no Estado, o impacto foi moderado, devendo ser feito urgentemente um levantamento das informações inconsistentes até a próxima avaliação atuarial.

A inexistência de informação referente ao Tempo de Serviço Anterior à admissão no Estado foi suprida pela premissa de que o servidor entrou no mercado de trabalho aos 24 anos, 8 meses e 12 dias. Tal premissa foi fruto de um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela CAIXA, onde foram considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informações de cerca de 100.000 servidores ativos.

Da mesma forma, a baixa relação de servidores casados foi suprida por uma probabilidade do servidor estar casado a cada idade. Tal premissa foi fruto de um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela CAIXA, onde foram considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informações de mais de 500.000 servidores ativos.

Conforme informado pelos gestores do Plano, as contribuições estão definidas da seguinte forma:

- contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00% incidentes sobre a remuneração de contribuição;
- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% incidentes sobre a parcela dos proventos que exceder o teto de benefício do INSS;
- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante: 11,00% incidente sobre a parcela de pensão que exceder o dobro do teto de benefício do INSS; e

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



- contribuições mensais do Estado de 14,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 2.472.699,53, que corresponde a um excedente financeiro mensal da ordem de 22,32% da folha de salários de servidores ativos.

As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes:

- a **taxa de juros real** utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 6,00% ao ano;
- as **tábuas biométricas** utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador:
 - Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2008 (ambos os sexos);
 - Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT-49 (male e female);
 - Tábua de Entrada em Invalidez – ALVARO VINDAS;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos – IAPB-57;
 - Probabilidade de deixar um dependente vitalício, em caso de morte, calculada em função da proporção de servidores casados por idade, com base nas informações apuradas no banco de dados do Estado;
- o **crescimento salarial** considerado foi de 1,00% ao ano;
- a **taxa de rotatividade** considerado foi de 1,00% ao ano; e
- o **custo administrativo** considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração de contribuição dos servidores ativos do Estado.

O Patrimônio constituído pelo Plano, segundo informações dadas à CAIXA é composto por:

- Aplicações: R\$ 187.184.934,70.

Conforme Lei Estadual nº. 079, de 18/10/2004, o Fundo Previdenciário custeará as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos após 19 de janeiro de 2005 e seus dependentes. Nesta situação encontram-se 4.600 servidores ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas.

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



A avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Estadual, para a formação equilibrada das reservas para pagamento de benefícios, devem somar 24,94% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

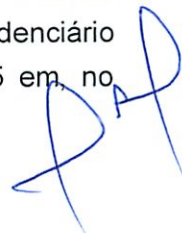
Desta forma, **recomenda-se a manutenção do patamar contributivo atual** de 25,00% (11,00% para os Servidores e 14,00% para o Estado), com o intuito de evitar possíveis desvios futuros.

Como o Fundo Previdenciário encontra-se com um Resultado Técnico Atuarial Superavitário, alocou-se na conta "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário" um montante equivalente a 25% das Reservas Matemáticas. Desta forma, verificou-se um Superávit Técnico de R\$ 78.858.803,17.

Na hipótese da próxima avaliação atuarial também apresentar superávit atuarial, o atual plano de custeio poderá ser revisto, em conformidade com o art. 25 da Portaria MPS nº 403/2008, que dispõe: "Na hipótese do Plano Previdenciário apresentar resultado superavitário com Índice de Cobertura superior a 1,25 em, no mínimo, cinco exercícios consecutivos, poderá ser revisto o Plano de Custeio."

Este é o nosso parecer.


Gustavo Carrozzino
Miba 1.018 MTb/RJ



ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Previdência no Serviço Público
Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – 2011
Fundo Previdenciário

QUADRO 1 – Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

1.1 – Ente

Representante do RPPS:
Rua:
Complemento:
Bairro:
CEP:
Telefone: DDD
Fax:
E-mail:

1.2 - Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 02/01/2011
Data-Base: 31/12/2010

Descrição da População Coberta:

Servidores admitidos a partir
de 19/01/2005 e seus
dependentes.

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



1.3 - Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Selecionar Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método**
X Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
X Aposentadoria por Invalidez	RCC	
X Pensão por Morte de segurado Ativo	RCC	
X Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
X Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RCC	
X Auxílio-doença	RS	
X Salário-maternidade	RS	
X Auxílio-reclusão	RCC	
X Salário-família	RS	

* Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

** Método de Financiamento

UC = Crédito Unitário

PUC = Crédito Unitário Projetado

PNI = Prêmio Nivelado Individual

IEN = Idade de Entrada Normal

QUADRO 2 – Hipóteses

2.1 - Hipóteses Financeiras

Taxa de Juros Real %aa	6,00%
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito %aa	1,00%
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade %aa	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano %aa	0,00%
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários %aa	100,00%
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios %aa	100,00%

2.2 - Hipóteses Biométricas

Novos Entrados *	grupo ativos tamanho constante	
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	AT-49	
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	IBGE-2008	
Tábua de Mortalidade de Inválido**	Outros	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez***	AV	
Tábua de Morbidez		
Outras Tábuas utilizadas		
Composição Familiar	Informações contidas nos bancos de dados	

* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

**Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

***Tábua de Entrada em Invalidez AV = Álvaro Vindas

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



3.1 - Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	187.184.934,70	
Valor Atual dos Salários Futuros	1.745.190.512,00	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	436.559.135,60	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	2.515.318,26	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	68.861,31	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	201.708.295,38	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	150.636.391,95	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	0,00	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	+ 100.524.029,48	

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

Observações

Está prevista uma Reserva de Contingência de R\$ 21.665.226,31, correspondente a 25% das Reservas Matemáticas.
O Ativo do Plano é composto por R\$ 187.184.934,70 em Aplicações.

3.2 - Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	13,94%	0,00%
Servidor Ativo	11,00%	0,00%
Servidor Aposentado	11,00%	0,00%
Pensionista	11,00%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA - PAP	FRA

Observações

Está incluída a taxa de 2,00% referente às Despesas Administrativas.

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parecer atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

Custo Suplementar

Preencher os valores de Custo Suplementar, caso a avaliação atuarial apresente um compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência.

Caso haja compromisso especial desenhar a forma do plano de amortização no campo destinado ao parecer atuarial.

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



3.3 - Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	17,92%	0,00%
Aposentadoria por Invalidez	1,04%	0,00%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	1,42%	0,00%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	1,65%	0,00%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,39%	0,00%
Auxílio Doença	0,19%	0,00%
Salário Maternidade	0,08%	0,00%
Auxílio Reclusão	0,01%	0,00%
Salário Família	0,24%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições **	FRA - PAP	FRA

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios. Tal divisão deverá ser detalhada no parecer atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

QUADRO 4 – Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	2.373	2.227	2.130,47	2.703,80	34	35
Aposentados por Tempo de Contribuição	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Idade	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados Compulsória	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Invalidez	1	0	540,00	0,00	47	0
Pensionistas	4	1	3.722,39	2.553,42	36	8

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2011	30.579.283,10	906.996,13	227.127.196,00
2012	34.680.583,78	1.440.904,82	273.994.506,73
2013	36.168.179,70	1.938.480,25	324.663.876,58
2014	37.766.949,24	2.539.866,87	379.370.791,55
2015	39.123.323,11	3.112.537,44	438.143.824,71
2016	40.577.593,45	3.855.141,69	501.154.905,95
2017	42.047.277,15	4.588.426,92	568.683.050,54
2018	43.577.192,57	5.463.8044,68	640.917.421,46
2019	45.300.543,10	6.828.251,85	717.844.757,99
2020	47.435.410,89	8.232.171,66	800.118.682,70
2021	49.278.384,31	9.413.531,31	887.990.656,66
2022	51.261.552,77	10.652.975,68	981.878.673,15
2023	64.127.228,81	12.443.007,39	1.092.475.614,96
2024	68.745.277,02	13.850.565,58	1.212.918.863,30
2025	72.038.495,08	20.079.165,09	1.337.653.325,09
2026	75.166.193,94	23.772.412,51	1.469.306.306,03
2027	78.129.769,74	32.703.953,57	1.602.890.500,56
2028	80.542.660,21	44.975.948,56	1.734.630.642,24
2029	83.215.411,82	55.494.091,29	1.866.429.801,30
2030	85.849.441,84	64.521.754,91	1.999.743.276,30
2031	88.435.900,12	70.865.714,40	2.137.298.058,59
2032	90.999.789,15	79.640.884,82	2.276.894.846,44
2033	93.210.977,58	87.656.749,12	2.419.062.765,70
2034	95.222.463,21	96.505.995,47	2.562.922.999,38
2035	97.157.066,84	104.978.004,16	2.708.877.442,02
2036	98.734.419,59	114.087.670,07	2.856.056.838,06
2037	100.300.101,25	122.861.212,65	3.004.859.136,95
2038	101.602.325,27	132.049.666,44	3.154.703.344,00
2039	102.818.342,11	141.260.952,46	3.305.542.934,29
2040	103.773.753,53	151.318.957,07	3.456.330.306,81
2041	104.579.923,86	160.573.289,54	3.607.716.759,54
2042	105.242.790,37	169.611.469,10	3.759.811.086,38
2043	105.780.704,91	216.032.193,00	3.875.148.263,47
2044	104.392.496,16	226.693.859,70	3.985.355.795,75
2045	104.638.019,56	241.364.610,92	4.087.750.552,13
2046	104.739.522,42	248.018.022,55	4.189.737.085,12
2047	105.162.608,90	259.847.867,41	4.286.436.051,73
2048	105.217.647,45	270.512.379,02	4.378.327.483,26
2049	105.369.419,30	280.985.198,13	4.465.411.353,43
2050	105.450.826,46	287.007.721,08	4.551.779.140,01
2051	105.746.290,70	294.383.198,53	4.636.248.980,57
2052	105.931.596,80	298.737.295,12	4.721.618.221,08
2053	106.250.136,86	305.193.241,93	4.805.972.209,28
2054	106.354.147,97	308.338.177,34	4.892.346.512,47
2055	106.635.979,25	314.745.757,05	4.977.777.525,42

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2056	106.676.865,30	317.875.988,41	5.065.245.053,83
2057	106.907.334,96	322.573.119,86	5.153.493.972,16
2058	106.996.702,03	325.984.501,12	5.243.715.811,40
2059	107.128.717,29	329.696.179,43	5.335.771.297,95
2060	107.212.129,17	331.529.484,88	5.431.600.220,12
2061	107.383.288,33	334.498.142,54	5.530.381.379,11
2062	107.398.037,71	336.127.179,00	5.633.475.120,57
2063	107.480.257,27	338.567.131,64	5.740.396.753,43
2064	107.402.443,38	338.740.891,35	5.853.482.110,67
2065	106.306.787,26	339.332.859,34	5.971.664.965,24
2066	106.300.303,37	339.054.118,48	6.097.211.048,04
2067	106.337.728,59	339.209.406,21	6.230.172.033,30
2068	106.191.462,55	338.288.565,02	6.371.885.252,83
2069	106.179.485,80	337.318.970,85	6.523.058.882,95
2070	106.076.210,04	336.083.171,75	6.684.435.454,21
2071	105.896.119,96	333.795.830,65	6.857.601.870,77
2072	105.968.126,74	331.666.372,02	7.043.359.737,74
2073	106.004.741,62	329.018.655,48	7.242.947.408,15
2074	105.954.010,50	325.655.116,17	7.457.823.146,98
2075	106.058.000,63	322.517.291,10	7.688.833.245,32
2076	106.117.727,49	319.328.817,95	7.936.952.149,59
2077	106.070.247,80	315.882.049,23	8.203.357.477,13
2078	106.163.936,97	312.386.357,64	8.489.336.505,10
2079	106.232.184,21	309.143.217,23	8.795.785.662,38
2080	106.153.852,84	305.830.735,73	9.123.855.919,24
2081	106.237.840,27	300.882.801,40	9.476.642.313,27
2082	106.301.152,45	296.779.411,60	9.854.762.592,91
2083	106.283.164,13	292.838.823,56	10.259.492.689,06
2084	106.346.390,22	289.172.629,29	10.692.236.011,34
2085	106.444.189,78	285.415.988,94	11.154.798.372,86
2086	105.646.711,00	281.777.102,30	11.647.955.883,98

Definições:

Nº de Meses no Cálculo do 1º Ano: Proporcional (1 mês).

Receita: Custo Normal apurado (excluída a tx. adm.), aplicado sobre a remuneração dos servidores ativos e sobre proventos que excedem o teto do RGPS + Custo Suplementar apurado, se houver.

Despesa: Aposentadorias (+) Pensões (+) Auxílios.

Saldo: Saldo Anterior (+) Juros de 6% a.a. (meta atuarial) (+) Receita (-) Despesa.

ANEXO IV
ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso IV, a, da Lei Complementar nº 101 de 2000.
AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO



QUADRO 6 - Parecer Atuarial

--

QUADRO 7 - Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: Gustavo Adolfo Carrozzino
MIBA: 1018
CPF: 014.926.357/07
Correio
eletrônico: gepev@caixa.gov.br
Telefone: 61-3206-9968

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome:
Cargo:
CPF:
Correio
eletrônico:
Telefone:

FUNDO FINANCEIRO

Conforme a Lei Estadual nº. 079, de 18 de outubro de 2004, o Fundo Financeiro é responsável por custear as despesas dos servidores admitidos até 18 de janeiro de 2005 e seus dependentes, sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.



14. Parecer Atuarial

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Estado de Roraima e seus servidores vertem contribuições mensais para um Fundo Previdenciário.

A Base de Dados apresentada consistiu de dados amplos e atualizados, entretanto apresentou inconsistências, que foram sanadas através da adoção de premissas demográficas. A adoção de premissas para suprir tais inconsistências sempre causa desvios nos resultados. Como o nível de consistência foi baixo, principalmente no que tange a informação referente ao tempo de serviço anterior à admissão no Estado, o impacto foi moderado, devendo ser feito urgentemente um levantamento das informações inconsistentes até a próxima avaliação atuarial.

A inexistência de informação referente ao Tempo de Serviço Anterior à admissão no Estado foi suprida pela premissa de que o servidor entrou no mercado de trabalho aos 24 anos, 8 meses e 12 dias. Tal premissa foi fruto de um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela CAIXA, onde foram considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informações de cerca de 100.000 servidores ativos.

Da mesma forma, a baixa relação de servidores casados foi suprida por uma probabilidade do servidor estar casado a cada idade. Tal premissa foi fruto de um levantamento realizado no universo das bases cadastrais analisadas pela CAIXA, onde foram considerados apenas os dados reais e consistentes, utilizando informações de mais de 500.000 servidores ativos.

Conforme informado pelos gestores do Plano, as contribuições estão definidas da seguinte forma:

- contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00% incidentes sobre a remuneração de contribuição;
- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% incidentes sobre a parcela dos proventos que exceder o teto de benefício do INSS;

PA

- contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante: 11,00% incidente sobre a parcela de pensão que exceder o dobro do teto de benefício do INSS; e
- contribuições mensais do Estado de 14,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 4.557.488,93, que corresponde a um excedente financeiro mensal da ordem de 20,36% da folha de salários de servidores ativos.

As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes:

- a **taxa de juros real** utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 0,00% ao ano;
- as **tábuas biométricas** utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador:
 - Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2008 (ambos os sexos);
 - Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT-49 (*male e female*);
 - Tábua de Entrada em Invalidez – ALVARO VINDAS;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos – IAPB-57;
 - Probabilidade de deixar um dependente vitalício, em caso de morte, calculada em função da proporção de servidores casados por idade, com base nas informações apuradas no banco de dados do Estado;
- o **crescimento salarial** considerado foi de 1,00% ao ano;
- a **taxa de rotatividade** considerado foi de 1,00% ao ano; e
- o **custo administrativo** considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração de contribuição dos servidores ativos do Estado.

Conforme Lei Estadual nº. 079, de 18/10/2004, o Fundo Financeiro custeará as despesas previdenciárias relativas aos segurados admitidos até 18 de janeiro de 2005 e

seus dependentes. Nesta situação encontram-se 10.035 servidores ativos, 51 aposentados e 75 pensionistas.

O Patrimônio constituído pelo Plano, segundo informações dadas à é composto por:

- Créditos a receber: R\$ 38.611.953,80; e
- Aplicações: R\$ 505.120.910,74.

A avaliação atuarial demonstrou que as contribuições normais de servidores e do Governo Estadual, para a formação equilibrada das reservas para pagamento de benefícios, devem somar 24,94% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

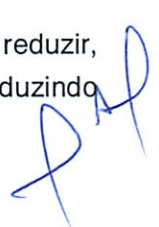
As alíquotas de Contribuição Normal vertidas atualmente ao Fundo Financeiro somam 25,00%. Desta forma, sendo o Custo Normal apurado nesta avaliação de 24,54%, e, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, **recomenda-se a manutenção das alíquotas praticadas atualmente** (11,00% para os Servidores e 14,00% para o Estado).

A despesa previdenciária deste grupo evoluirá gradativamente, havendo, em determinado momento futuro a necessidade de aumento de participação financeira do Governo Estadual, visto que à medida que o número de participantes ativos reduzir e o de aposentados e pensionistas aumentar, o valor da arrecadação com contribuição não será suficiente para cobrir as despesas correntes.

No entanto, num segundo momento, esses gastos começarão a reduzir, fazendo com que o custo previdenciário passe a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo.

Este é o nosso parecer.


Gustavo Carrozzino
Miba 1.018 MTb/RJ



ANEXO 8 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Previdência no Serviço Público
Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – 2011
Fundo Financeiro

QUADRO 1 – Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

1.1 – Ente

Representante do RPPS:
Rua:
Complemento:
Bairro:
CEP:
Telefone: DDD
Fax:
E-mail:

1.2 - Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 02/01/2011
Data-Base: 31/12/2010

Descrição da População Coberta:

Servidores admitidos até 18
de janeiro de 2005 e seus
dependentes.

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

1.3 - Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Selecionar Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método**
X Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	RS	
X Aposentadoria por Invalidez	RCC	
X Pensão por Morte de segurado Ativo	RCC	
X Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	RS	
X Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RCC	
X Auxílio-doença	RS	
X Salário-maternidade	RS	
X Auxílio-reclusão	RCC	
X Salário-família	RS	

* Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

** Método de Financiamento

UC = Crédito Unitário

PUC = Crédito Unitário Projetado

PNI = Prêmio Nivelado Individual

IEN = Idade de Entrada Normal

QUADRO 2 – Hipóteses

2.1 - Hipóteses Financeiras

Taxa de Juros Real %aa	0,00%
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito %aa	1,00%
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade %aa	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano %aa	0,00%
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários %aa	100,00%
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios %aa	100,00%

2.2 - Hipóteses Biométricas

Novos Entrados *	grupo ativos tamanho constante	
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	AT-49	
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	IBGE-2008	
Tábua de Mortalidade de Inválido**	Outros	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez***	AV	
Tábua de Morbidez		
Outras Tábuas utilizadas		
Composição Familiar	Informações contidas nos bancos de dados	

* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

**Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

***Tábua de Entrada em Invalidez AV = Álvaro Vindas

3.1 - Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	543.732.864,54	
Valor Atual dos Salários Futuros	4.735.199.456,00	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	6.978.116.689,30	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	158.105.141,71	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	6.939.439,47	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	649.258.925,85	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	408.719.481,51	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	0,00	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	-5.527.571.119,64	

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

Observações

O Ativo do Plano é composto por Aplicações (R\$ 505.120.910,74) e Créditos a receber (R\$38.611.953,80).

3.2 - Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	13,94%	0,00%
Servidor Ativo	11,00%	0,00%
Servidor Aposentado	11,00%	0,00%
Pensionista	11,00%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA - PAP	FRA

Observações

Está incluída a taxa de 2,00% referente às Despesas Administrativas.

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parecer atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

Custo Suplementar

Preencher os valores de Custo Suplementar, caso a avaliação atuarial apresente um compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência.

Caso haja compromisso especial desenhar a forma do plano de amortização no campo destinado ao parecer atuarial.

3.3 - Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	17,92%	0,00%
Aposentadoria por Invalidez	1,04%	0,00%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	1,42%	0,00%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	1,65%	0,00%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,39%	0,00%
Auxílio Doença	0,19%	0,00%
Salário Maternidade	0,08%	0,00%
Auxílio Reclusão	0,01%	0,00%
Salário Família	0,24%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições **	FRA - PAP	FRA

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios. Tal divisão deverá ser detalhada no parecer atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

QUADRO 4 – Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	5.480	4.555	2.206,97	2.258,22	39	38
Aposentados por Tempo de Contribuição	8	13	4.089,43	16.365,80	59	67
Aposentados por Idade	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados Compulsória	4	5	1.179,76	812,23	65	74
Aposentados por Invalidez	11	10	1.131,75	7.530,45	51	53
Pensionistas	50	25	2.497,23	1.485,24	38	23

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2011	62.137.041,59	7.444.566,37	559.813.385,96
2012	66.589.856,81	10.418.733,24	615.984.509,53
2013	65.947.656,96	12.225.143,98	669.707.022,51
2014	65.170.605,96	14.514.662,16	720.362.966,31
2015	64.665.500,17	15.833.018,91	769.195.447,56
2016	64.038.644,26	17.651.537,46	815.582.554,37
2017	63.380.237,54	19.556.266,12	859.406.525,79
2018	62.641.663,16	21.720.582,53	900.327.606,41
2019	61.647.479,82	24.943.496,34	937.031.589,89
2020	60.156.074,73	30.259.708,47	966.927.956,16
2021	59.003.522,23	34.003.295,18	991.928.183,21
2022	57.650.879,74	38.569.595,73	1.011.009.467,22
2023	43.199.768,22	99.996.782,16	954.212.453,28
2024	38.630.347,77	118.286.550,21	874.556.250,84
2025	35.407.193,76	130.574.916,14	779.388.528,47
2026	32.472.735,55	141.700.102,94	670.161.161,08
2027	29.457.249,35	153.060.916,27	546.557.494,16
2028	26.923.369,47	162.198.773,86	411.282.089,78
2029	24.121.197,51	172.419.896,88	262.983.390,40
2030	21.389.058,44	182.190.701,64	102.181.747,20
2031	18.826.137,79	191.044.991,87	(70.037.106,88)
2032	16.173.418,45	200.195.994,56	(254.059.682,99)
2033	13.939.935,65	207.375.702,42	(447.495.449,76)
2034	11.802.007,86	213.969.904,08	(649.663.345,98)
2035	9.783.655,01	219.881.730,21	(859.761.421,18)
2036	8.142.336,02	223.965.701,14	(1.075.584.786,30)
2037	6.527.658,39	227.754.179,11	(1.296.811.307,02)
2038	5.160.656,90	230.263.609,58	(1.521.914.259,70)
2039	3.949.721,20	231.896.232,84	(1.749.860.771,34)
2040	3.002.740,12	232.171.912,94	(1.979.029.944,16)
2041	2.289.206,44	231.212.372,56	(2.207.953.110,27)
2042	1.707.199,78	229.461.376,39	(2.435.707.286,87)
2043	1.346.414,10	226.526.251,18	(2.660.887.123,95)
2044	1.104.127,03	222.848.940,40	(2.882.631.937,33)
2045	927.323,05	218.648.533,74	(3.100.353.148,02)
2046	816.076,10	213.926.539,56	(3.313.463.611,48)
2047	769.483,14	208.682.190,63	(3.521.376.318,97)
2048	742.883,75	203.113.346,34	(3.723.746.781,56)
2049	715.987,97	197.306.117,14	(3.920.336.910,73)
2050	688.782,49	191.267.518,30	(4.110.915.646,54)
2051	661.236,23	185.003.976,87	(4.295.258.387,19)
2052	633.335,52	178.525.237,13	(4.473.150.288,80)
2053	605.105,96	171.846.098,77	(4.644.391.281,61)
2054	576.537,57	164.976.403,73	(4.808.791.147,77)
2055	547.744,40	157.937.421,22	(4.966.180.824,59)

QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2056	518.829,36	150.752.894,25	(5.116.414.889,48)
2057	489.845,35	143.446.762,01	(5.259.371.806,15)
2058	460.912,74	136.045.583,05	(5.394.956.476,46)
2059	432.109,77	128.577.837,43	(5.523.102.204,12)
2060	403.538,40	121.072.530,44	(5.643.771.196,16)
2061	375.313,71	113.561.785,84	(5.756.957.668,29)
2062	347.505,86	106.074.216,13	(5.862.684.378,56)
2063	320.237,85	98.643.445,83	(5.961.007.586,54)
2064	293.618,66	91.302.895,34	(6.052.016.863,22)
2065	267.761,56	84.086.023,08	(6.135.835.124,74)
2066	242.771,63	77.025.638,14	(6.212.617.991,25)
2067	218.755,95	70.153.417,70	(6.282.552.653,00)
2068	195.811,41	63.500.621,42	(6.345.857.463,00)
2069	174.005,65	57.094.096,87	(6.402.777.554,21)
2070	153.419,62	50.963.206,01	(6.453.587.340,60)
2071	134.118,33	45.134.826,05	(6.498.588.048,32)
2072	116.162,06	39.634.017,38	(6.538.105.903,64)
2073	99.592,87	34.481.614,19	(6.572.487.924,96)
2074	84.430,57	29.695.139,78	(6.602.098.634,16)
2075	70.689,38	25.287.831,67	(6.627.315.776,45)
2076	58.378,08	21.271.075,79	(6.648.528.474,16)
2077	47.493,11	17.651.320,40	(6.666.132.301,45)
2078	38.001,39	14.429.898,62	(6.680.524.198,68)
2079	29.857,84	11.603.023,39	(6.692.097.364,23)
2080	22.991,36	9.160.467,99	(6.701.234.840,86)
2081	17.313,63	7.085.569,30	(6.708.303.096,53)
2082	12.717,97	5.355.552,32	(6.713.645.930,88)
2083	9.090,92	3.943.583,97	(6.717.580.423,92)
2084	6.301,18	2.817.715,79	(6.720.391.838,53)
2085	4.207,70	1.942.070,15	(6.722.329.700,98)
2086	2.683,10	1.281.194,16	(6.723.608.212,04)

Definições:

Nº de Meses no Cálculo do 1º Ano: Proporcional (12 meses).

Receita: Custo Normal apurado (excluída a tx. adm.), aplicado sobre a remuneração dos servidores ativos e sobre proventos que excedem o teto do RGPS + Custo Suplementar apurado, se houver.

Despesa: Aposentadorias (+) Pensões (+) Auxílios.

Saldo: Saldo Anterior (+) Juros de 6% a.a. (meta atuarial) (+) Receita (-) Despesa.

QUADRO 6 - Parecer Atuarial

QUADRO 7 - Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: Gustavo Adolfo Carrozzino
MIBA: 1018
CPF: 014.926.357/07
Correio
eletrônico: gepev@caixa.gov.br
Telefone: 61-3206-9968

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome:
Cargo:
CPF:
Correio
eletrônico:
Telefone:

[Handwritten signature]

ANEXO 10 – PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2010	107.403.423,89	4.841.196,86	102.562.227,03	692.305.845,44
2011	109.141.816,69	17.746.672,38	91.395.144,31	783.700.989,75
2012	110.046.539,81	20.630.230,36	89.416.309,45	873.117.299,20
2013	110.964.780,87	23.007.166,64	87.957.614,23	961.074.913,42
2014	111.857.414,21	25.968.717,52	85.888.696,69	1.046.963.610,11
2015	112.784.219,41	27.933.867,18	84.850.352,23	1.131.813.962,34
2016	113.682.802,66	30.566.553,43	83.116.249,23	1.214.930.211,57
2017	114.564.880,13	33.274.717,59	81.290.162,54	1.296.220.374,11
2018	115.424.522,73	36.382.638,96	79.041.883,77	1.375.262.257,88
2019	116.216.829,60	41.031.993,52	75.184.836,08	1.450.447.093,96
2020	116.912.862,66	47.805.229,26	69.107.633,40	1.519.554.727,36
2021	117.664.033,91	52.789.094,72	64.874.939,19	1.584.429.666,55
2022	118.347.504,92	58.647.767,98	59.699.736,94	1.644.129.403,49
2023	116.607.133,69	121.709.705,52	(5.102.571,83)	1.639.026.831,66
2024	116.656.373,41	141.407.017,41	(24.750.643,99)	1.614.276.187,67
2025	116.738.764,60	159.926.519,05	(43.187.754,45)	1.571.088.433,22
2026	116.934.997,00	174.756.655,07	(57.821.658,08)	1.513.266.775,15
2027	116.871.504,16	195.037.978,72	(78.166.474,56)	1.435.100.300,58
2028	116.734.368,41	216.431.654,24	(99.697.285,84)	1.335.403.014,75
2029	116.589.003,89	237.153.527,33	(120.564.523,44)	1.214.838.491,31
2030	116.476.570,61	255.937.984,90	(139.461.414,30)	1.075.377.077,01

Handwritten signature/initials in blue ink.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2031	116.497.489,63	271.135.410,35	(154.637.920,72)	920.739.156,30
2032	116.397.093,19	289.047.693,48	(172.650.600,29)	748.088.556,00
2033	116.369.509,19	304.239.755,38	(187.870.246,19)	560.218.309,82
2034	116.229.109,01	319.669.430,43	(203.440.321,43)	356.777.988,39
2035	116.135.048,01	334.043.056,70	(217.908.008,69)	138.869.979,70
2036	116.063.341,93	347.228.249,88	(231.164.907,95)	(92.294.928,25)
2037	116.007.813,60	359.782.514,21	(243.774.700,61)	(336.069.628,86)
2038	115.935.652,36	371.473.941,42	(255.538.289,05)	(591.607.917,91)
2039	115.939.347,21	382.319.697,52	(266.380.350,31)	(857.988.268,22)
2040	115.946.442,78	392.651.444,78	(276.705.002,00)	(1.134.693.270,23)
2041	116.046.292,51	400.953.329,30	(284.907.036,79)	(1.419.600.307,02)
2042	116.133.642,50	408.248.094,88	(292.114.452,38)	(1.711.714.759,40)
2043	116.325.574,16	451.750.928,81	(335.425.354,65)	(2.047.140.114,04)
2044	114.553.320,94	458.592.043,77	(344.038.722,83)	(2.391.178.836,87)
2045	114.627.187,00	469.065.614,41	(354.438.427,41)	(2.745.617.264,28)
2046	114.617.181,73	470.999.118,61	(356.381.936,87)	(3.101.999.201,15)
2047	115.026.832,07	477.619.252,80	(362.592.420,73)	(3.464.591.621,88)
2048	115.058.361,89	482.717.087,40	(367.658.725,51)	(3.832.250.347,40)
2049	115.195.536,10	487.396.896,61	(372.201.360,51)	(4.204.451.707,91)
2050	115.255.775,43	487.387.372,37	(372.131.596,95)	(4.576.583.304,85)
2051	115.548.741,83	488.523.886,27	(372.975.144,44)	(4.949.558.449,29)
2052	115.721.489,54	486.415.267,52	(370.693.777,98)	(5.320.252.227,27)
2053	116.039.135,27	486.219.810,01	(370.180.674,73)	(5.690.432.902,00)
2054	116.123.497,96	482.503.960,10	(366.380.462,15)	(6.056.813.364,15)

DA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2055	116.400.648,99	481.899.549,06	(365.498.900,07)	(6.422.312.264,22)
2056	116.415.959,25	477.845.945,96	(361.429.986,71)	(6.783.742.250,93)
2057	116.637.537,06	475.258.419,05	(358.620.881,99)	(7.142.363.132,92)
2058	116.705.300,42	471.275.656,28	(354.570.355,86)	(7.496.933.488,78)
2059	116.820.221,33	467.531.579,00	(350.711.357,67)	(7.847.644.846,45)
2060	116.882.585,42	461.868.159,35	(344.985.573,93)	(8.192.630.420,38)
2061	117.040.783,17	457.340.466,16	(340.299.682,99)	(8.532.930.103,37)
2062	117.029.156,41	451.484.142,14	(334.454.985,73)	(8.867.385.089,11)
2063	117.091.529,81	446.500.401,51	(329.408.871,69)	(9.196.793.960,80)
2064	116.980.997,24	439.327.534,27	(322.346.537,03)	(9.519.140.497,83)
2065	115.764.721,76	432.607.466,93	(316.842.745,17)	(9.835.983.243,00)
2066	115.733.298,76	425.269.496,58	(309.536.197,82)	(10.145.519.440,82)
2067	115.750.497,30	418.556.860,56	(302.806.363,25)	(10.448.325.804,08)
2068	115.569.337,06	410.971.183,00	(295.401.845,94)	(10.743.727.650,02)
2069	115.535.384,47	403.594.560,77	(288.059.176,30)	(11.031.786.826,32)
2070	115.403.097,51	396.219.149,98	(280.816.052,47)	(11.312.602.878,79)
2071	115.189.094,00	388.089.133,68	(272.900.039,67)	(11.585.502.918,47)
2072	115.250.232,34	380.465.730,52	(265.215.498,18)	(11.850.718.416,64)
2073	115.274.436,38	372.670.265,50	(257.395.829,12)	(12.108.114.245,77)
2074	115.205.365,21	364.517.293,70	(249.311.928,50)	(12.357.426.174,26)
2075	115.305.606,50	356.981.759,18	(241.676.152,68)	(12.599.102.326,95)
2076	115.359.141,34	349.782.685,15	(234.423.543,81)	(12.833.525.870,76)
2077	115.297.634,94	342.712.918,44	(227.415.283,51)	(13.060.941.154,27)
2078	115.390.955,00	336.005.069,75	(220.614.114,75)	(13.281.555.269,01)

Handwritten signature/initials in blue ink.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea a (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2079	115.457.764,49	329.941.749,32	(214.483.984,83)	(13.496.039.253,84)
2080	115.366.460,37	324.180.700,66	(208.814.240,29)	(13.704.853.494,13)
2081	115.452.940,72	317.165.931,51	(201.712.990,79)	(13.906.566.484,92)
2082	115.518.071,79	311.338.992,24	(195.820.920,46)	(14.102.387.405,38)
2083	115.495.742,00	305.985.819,60	(190.490.077,60)	(14.292.877.482,98)
2084	115.562.492,48	301.200.064,50	(185.637.572,02)	(14.478.515.055,00)

Definições:

Nº de Meses no Cálculo do 1º Ano: 13.

Receitas Previdenciárias: Custo Normal apurado (incluída a tx. adm.), aplicado sobre a remuneração dos servidores ativos e sobre proventos que excedem o teto do RGPS.

Despesas Previdenciárias: Aposentadorias (+) Pensões (+) Auxílios (+) Taxa de Administração do Plano.

Resultado Previdenciário: Receitas Previdenciárias (-) Despesas Previdenciárias.

Saldo Financeiro do Exercício: Saldo anterior (+) Receitas Previdenciárias (-) Despesas Previdenciárias.

ANEXO 11 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2010	107.403.423,89	4.841.196,86	102.562.227,03	692.305.845,44
2011	122.244.624,49	17.746.672,38	104.497.952,11	796.803.797,55
2012	118.064.425,70	20.630.230,36	97.434.195,34	894.237.992,89
2013	115.850.300,55	23.007.166,64	92.843.133,91	987.081.126,79
2014	116.742.933,89	25.968.717,52	90.774.216,37	1.077.855.343,16
2015	117.374.309,34	27.933.867,18	89.440.442,16	1.167.295.785,32
2016	117.859.290,94	30.566.553,43	87.292.737,51	1.254.588.522,83
2017	118.741.368,41	33.274.717,59	85.466.650,82	1.340.055.173,65
2018	119.601.011,01	36.382.638,96	83.218.372,05	1.423.273.545,70
2019	120.393.317,88	41.031.993,52	79.361.324,36	1.502.634.870,06
2020	121.089.350,94	47.805.229,26	73.284.121,68	1.575.918.991,74
2021	121.840.522,19	52.789.094,72	69.051.427,47	1.644.970.419,21
2022	122.523.993,20	58.647.767,98	63.876.225,22	1.708.846.644,43
2023	120.783.621,97	121.709.705,52	(926.083,55)	1.707.920.560,88
2024	120.832.861,69	141.407.017,41	(20.574.155,71)	1.687.346.405,17
2025	120.915.252,88	159.926.519,05	(39.011.266,17)	1.648.335.139,00
2026	121.111.485,28	174.756.655,07	(53.645.169,80)	1.594.689.969,21
2027	120.003.870,37	195.037.978,72	(75.034.108,35)	1.519.655.860,85
2028	116.734.368,41	216.431.654,24	(99.697.285,84)	1.419.958.575,02
2029	116.589.003,89	237.153.527,33	(120.564.523,44)	1.299.394.051,58
2030	116.476.570,61	255.937.984,90	(139.461.414,30)	1.159.932.637,28
2031	116.497.489,63	271.135.410,35	(154.637.920,72)	1.005.294.716,57

Handwritten signature/initials in blue ink.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2032	116.397.093,19	289.047.693,48	(172.650.600,29)	832.644.116,27
2033	116.369.509,19	304.239.755,38	(187.870.246,19)	644.773.870,09
2034	116.229.109,01	319.669.430,43	(203.440.321,43)	441.333.548,66
2035	116.135.048,01	334.043.056,70	(217.908.008,69)	223.425.539,97
2036	116.063.341,93	347.228.249,88	(231.164.907,95)	(7.739.367,98)
2037	116.007.813,60	359.782.514,21	(243.774.700,61)	(251.514.068,59)
2038	115.935.652,36	371.473.941,42	(255.538.289,05)	(507.052.357,64)
2039	115.939.347,21	382.319.697,52	(266.380.350,31)	(773.432.707,95)
2040	115.946.442,78	392.651.444,78	(276.705.002,00)	(1.050.137.709,96)
2041	116.046.292,51	400.953.329,30	(284.907.036,79)	(1.335.044.746,75)
2042	116.133.642,50	408.248.094,88	(292.114.452,38)	(1.627.159.199,13)
2043	116.325.574,16	451.750.928,81	(335.425.354,65)	(1.962.584.553,77)
2044	114.553.320,94	458.592.043,77	(344.038.722,83)	(2.306.623.276,60)
2045	114.627.187,00	469.065.614,41	(354.438.427,41)	(2.661.061.704,01)
2046	114.617.181,73	470.999.118,61	(356.381.936,87)	(3.017.443.640,88)
2047	115.026.832,07	477.619.252,80	(362.592.420,73)	(3.380.036.061,61)
2048	115.058.361,89	482.717.087,40	(367.658.725,51)	(3.747.694.787,13)
2049	115.195.536,10	487.396.896,61	(372.201.360,51)	(4.119.896.147,64)
2050	115.255.775,43	487.387.372,37	(372.131.596,95)	(4.492.027.744,58)
2051	115.548.741,83	488.523.886,27	(372.975.144,44)	(4.865.002.889,02)
2052	115.721.489,54	486.415.267,52	(370.693.777,98)	(5.235.696.667,00)
2053	116.039.135,27	486.219.810,01	(370.180.674,73)	(5.605.877.341,73)
2054	116.123.497,96	482.503.960,10	(366.380.462,15)	(5.972.257.803,88)
2055	116.400.648,99	481.899.549,06	(365.498.900,07)	(6.337.756.703,95)

Handwritten signature/initials in blue ink.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2056	116.415.959,25	477.845.945,96	(361.429.986,71)	(6.699.186.690,66)
2057	116.637.537,06	475.258.419,05	(358.620.881,99)	(7.057.807.572,65)
2058	116.705.300,42	471.275.656,28	(354.570.355,86)	(7.412.377.928,51)
2059	116.820.221,33	467.531.579,00	(350.711.357,67)	(7.763.089.286,18)
2060	116.882.585,42	461.868.159,35	(344.985.573,93)	(8.108.074.860,11)
2061	117.040.783,17	457.340.466,16	(340.299.682,99)	(8.448.374.543,10)
2062	117.029.156,41	451.484.142,14	(334.454.985,73)	(8.782.829.528,84)
2063	117.091.529,81	446.500.401,51	(329.408.871,69)	(9.112.238.400,53)
2064	116.980.997,24	439.327.534,27	(322.346.537,03)	(9.434.584.937,56)
2065	115.764.721,76	432.607.466,93	(316.842.745,17)	(9.751.427.682,73)
2066	115.733.298,76	425.269.496,58	(309.536.197,82)	(10.060.963.880,55)
2067	115.750.497,30	418.556.860,56	(302.806.363,25)	(10.363.770.243,81)
2068	115.569.337,06	410.971.183,00	(295.401.845,94)	(10.659.172.089,75)
2069	115.535.384,47	403.594.560,77	(288.059.176,30)	(10.947.231.266,05)
2070	115.403.097,51	396.219.149,98	(280.816.052,47)	(11.228.047.318,52)
2071	115.189.094,00	388.089.133,68	(272.900.039,67)	(11.500.947.358,20)
2072	115.250.232,34	380.465.730,52	(265.215.498,18)	(11.766.162.856,37)
2073	115.274.436,38	372.670.265,50	(257.395.829,12)	(12.023.558.685,50)
2074	115.205.365,21	364.517.293,70	(249.311.928,50)	(12.272.870.613,99)
2075	115.305.606,50	356.981.759,18	(241.676.152,68)	(12.514.546.766,68)
2076	115.359.141,34	349.782.685,15	(234.423.543,81)	(12.748.970.310,49)
2077	115.297.634,94	342.712.918,44	(227.415.283,51)	(12.976.385.594,00)
2078	115.390.955,00	336.005.069,75	(220.614.114,75)	(13.196.999.708,74)
2079	115.457.764,49	329.941.749,32	(214.483.984,83)	(13.411.483.693,57)

Handwritten signature/initials in blue ink.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2080	115.366.460,37	324.180.700,66	(208.814.240,29)	(13.620.297.933,86)
2081	115.452.940,72	317.165.931,51	(201.712.990,79)	(13.822.010.924,65)
2082	115.518.071,79	311.338.992,24	(195.820.920,46)	(14.017.831.845,11)
2083	115.495.742,00	305.985.819,60	(190.490.077,60)	(14.208.321.922,71)
2084	115.562.492,48	301.200.064,50	(185.637.572,02)	(14.393.959.494,73)

Definições:

Nº de Meses no Cálculo do 1º Ano: 13.

Receitas Previdenciárias: Custo Normal apurado (incluída a tx. adm.), aplicado sobre a remuneração dos servidores ativos e sobre proventos que excedem o teto do RGPS (+) Compensação Previdenciária (+) Parcela de dívida da Prefeitura para com o RPPS (+) Custo Suplementar apurado, se houver.

Despesas Previdenciárias: Aposentadorias (+) Pensões (+) Auxílios (+) Taxa de Administração do Plano.

Resultado Previdenciário: Receitas Previdenciárias (-) Despesas Previdenciárias.

Saldo Financeiro do Exercício: Saldo anterior (+) Receitas Previdenciárias (-) Despesas Previdenciárias.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO V – ANEXO DE METAS FISCAIS – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – RENÚNCIA FISCAL
(Art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em R\$ MIL

ESPÉCIE	2012	2013	2014	NATUREZA/DISPOSITIVO LEGAL	COMPENSAÇÃO
ICMS	14.053	15.493	17.080	Redução de carga tributária, decorrente do Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/06 e Lei Estadual nº 602/07.	Aumento do consumo e, consequentemente da arrecadação de ICMS, em função da elevação do emprego e renda.
ICMS	1.325	1.460	1.610	Isenção hortifrutigrangeiros – Convênio 44/75.	
ICMS	6.192	6.826	7.218	Isenção, Redução de Base de cálculo Insumo Agropecuário – Convênio 100/07.	
ICMS	679	748	824	Isenção CODESAIMA – Convênio 16/91.	
ICMS	7.798	8.597	9.477	Isenção- operações para ZFM – convênio 65/88	
ICMS	10.955	12.077	13.314	Outras isenções, concedidas através de convênios.	
ICMS	515	567	625	Outras reduções de base de cálculo concedidas através de convênios.	
ICMS	8.928	9.842	10.850	Isenção Grão Norte- Lei 215/98; Maq. e Impl. Agríc. – Conv. 62/03.	Incentivo à produção agropecuária do Estado.
ICMS	524	577	610	Crédito Programa Meu 1º Emprego – Lei 334/02.	Incremento da geração de emprego e renda.
ICMS	10	11	12	Isenção Artesanato – Convênio 32/95.	
ICMS	28	30	33	Isenção cadeira de rodas para deficiente físico - Convênio/ 47/97.	Proporcionar mecanismos à inclusão social.
ICMS	12	13	14	Isenção Veículo adaptado para deficiente físico – Convênio 07/07.	
SUB-TOTAL (1)	51.019	56.241	61.667		
IPVA	110	121	133	Redução de alíquota – Lei 291/01.	Incentivar à substituição da frota de veículos e a redução de custos à locação.
IPVA	14	15	16	Isenção veículo de propriedade de deficiente físico – Lei 497/2005.	Proporcionar mecanismos à inclusão social.
IPVA	958	1.056	1.164	Isenção Táxi e Máq. e Impl. Agríc. – Lei 059/93; Proj. Grão Norte – Lei 215/98.	Incentivo à produção agropecuária do Estado e ao Incremento da geração de emprego e renda.
SUB-TOTAL (2)	1.082	1.192	1.313		
TOTAL(1+2)	52.101	57.433	62.980		

NOTA: 1 – Fonte: SEFAZ/DEPARTAMENTO DA RECEITA;

2 – Projeção com base na reestimativa da receita orçada para 2012, mais o PIB 5,0% e IPCA 4,5%; para 2013 - PIB 5,5% e IPCA 4,5%; e para 2014 – PIB 5,5% e IPCA de 4,5%.



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO VI

RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

I – DA RECEITA E DESPESA

Os Riscos Orçamentários se constituem dos desvios entre as projeções das receitas e despesas durante a elaboração do orçamento e os seus valores efetivamente realizados durante a execução orçamentária, assim como as variáveis e coeficientes que se relacionam diretamente aos valores estimamos. Os desvios podem ocorrer em razão de alterações no cenário econômico e índices observados de inflação, e ainda, em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas obrigações para o Governo do Estado.

A projeção de receita do Estado de Roraima para o período de 2012-2014 tem como base a Lei Orçamentária Anual de 2011 e adota como parâmetros para a projeção dos valores constantes e correntes o PIB e o IPCA. Essas variáveis macroeconômicas segundo o Governo Federal e Estadual devem se comportar conforme descrito abaixo:

Especificação	2012	2013	2014
PIB	5,0%	5,5%	5,5%
IPCA	4,5%	4,5%	4,5%

Assim sendo, as Receitas Fiscais do Estado para 2012, devem atingir R\$ 2,043 bilhões, e as Despesas Fiscais R\$ 2,028 bilhões, conforme anexo II. O Resultado Primário Estimado proveniente da diferença entre a Receita Fiscal menos a Despesa Fiscal atingiu o montante de R\$ 14 milhões.

No curso de sua trajetória fiscal, o Estado de Roraima assumiu diversos compromissos que exercem influência sobre o equilíbrio fiscal, os quais estão sendo constantemente avaliados e liquidados. Além disso, o Estado buscou o equilíbrio financeiro, adotando medidas como:

- I. Renegociação da dívida fundada e flutuante;
- II. Incremento de receitas próprias através da melhoria de qualidade da tributação, combate a sonegação e evasão fiscal;
- III. Contingenciamento de recursos e normatização da execução orçamentária;
- IV. Implementação do comitê Gestor do Estado de Roraima;
- V. Implantação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado – PNAGE, coordenado pelo Ministério do Planejamento e financiado com recursos do Banco Interamericano – BID e contrapartida do Estado. A primeira parcela foi repassada em abril de 2007 no valor de R\$ 209.084,00 (duzentos e



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

nove mil e oitenta e quatro reais), e, a segunda parcela no valor de R\$ 54.428,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais) foi repassada em setembro de 2007. O valor total do Programa para o período 2006-2011 é de R\$ 6.094.639,73 (seis milhões, noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 3.979.190,28 (três milhões, novecentos e setenta e nove mil, cento e noventa reais e vinte e oito centavos) financiados pelo BID e R\$ 2.115.449,45 (dois milhões, cento e quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) financiados pelo Estado.

Paralelamente a essas ações, o Estado, em parceria com o Governo Federal via Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda implantou o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que se propõe a alcançar metas fiscais de modo a assegurar o equilíbrio das contas do Governo, e principalmente, que o possibilite manter um nível de investimento capaz de garantir um contínuo desenvolvimento do Estado.

Dessa forma, Roraima compatibiliza sua política econômica doméstica com a política econômica nacional.

II – DOS RISCOS

II.I - DÍVIDA

Os riscos da Dívida Pública Estadual são decorrentes de variações das taxas de juros e de câmbio, afetando o volume de recursos necessários ao pagamento do serviço e do estoque da dívida, podendo gerar ou não despesa primária. Os riscos da dívida são especialmente relevantes porque afetam a relação entre dívida e PIB, que é considerada o indicador mais importante de solvência do setor público.

O esforço para atingir o equilíbrio financeiro é influenciado pela conjuntura econômica nacional e pelas próprias características da economia local.

A dívida estadual tem influência fundamental na realização das despesas correntes e de capital do Estado, no sentido de que os recursos devem ser canalizados para suprir os débitos anteriores e atuais. Por outro lado, o controle deve ser rigoroso, de forma que o Estado adote uma visão de vanguarda, em relação à evolução das dívidas, buscando resultados primários futuros maiores que aqueles inicialmente estimados, de forma a manter a trajetória da razão dívida/PIB em nível desejado.

II.II - RECEITA

As receitas do Estado, projetadas com base no PIB e IPCA (anexo II) para os anos de 2012-2014, podem sofrer impacto de mudanças no cenário econômico nacional e, assim, ocorrer frustrações ou excesso de arrecadação. No caso de frustrações as metas deverão ser reavaliadas, e o Estado adotará as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar o superávit primário estabelecido, garantindo desta forma sua sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes.

A renúncia de receitas é outro fator que afeta as receitas do tesouro, visto que o Estado deixa de arrecadar devido à concessão de algum benefício fiscal a certos setores e empresas, todavia, espera-se que o benefício social em termos de geração de emprego e renda compense a parcela de receita não arrecada.

O Estado busca uma política de expansão da arrecadação própria por incremento do esforço de arrecadação e do crescimento econômico. Com vistas a essa expansão, o Estado pretende implementar no período de 2011 a 2012 as seguintes ações:

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:32

DATL/Casa Civil

Handwritten signature



GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

- a) Intensificar a fiscalização de estabelecimentos que apresentam distorções entre dados apresentados e os dados existentes no Sistema de Fronteira (Saldo Credor);
- b) Intensificar a fiscalização de mercadorias em trânsito através do compartilhamento de informações entre os entes federados e signatários – Portal Fiscal;
- c) Intensificar a campanha de educação tributária nas escolas;
- d) Intensificar vistoria dos programas aplicados em ECF's;
- e) Enviar para o Ministério Público Estadual os processos com indícios da prática de Crimes contra a ordem tributária;
- f) Enviar mensalmente "avisos de débitos" para a cobrança de débitos do ICMS declarados, vencidos e não pagos;
- g) Intensificar a fiscalização das mercadorias em trânsito através dos postos de fiscalização fixos e volantes motorizados;
- h) Monitorar a arrecadação tributária efetuada por substituição tributária;
- i) Intensificar os programas de fiscalização de estabelecimentos comerciais cadastrados como substituto tributário;
- j) Revisar os benefícios fiscais concedidos;
- k) Avaliar as vulnerabilidades existentes nas ações fiscais em vigor e desenvolver novas estratégias de fiscalização visando diminuir a evasão de receitas tributárias, através da "Inteligência Fiscal";
- l) Implantar REFIS para arrecadação de débitos de exercícios anteriores;
- m) Estabelecer e manter atualizados e operantes os mecanismos de controle para assegurar o correto recebimento e digitação das notas fiscais no "Sistema Fronteira" e o seu envio para arquivo;
- n) Interagir nas transferências dos veículos utilitários e passeios com placas de outros Estados da Federação com circulação no Estado de Roraima, o que já está sendo incrementando na arrecadação do IPVA desde 2009.

FONTE: Departamento da Receita - SEFAZ

Em suma, as metas fiscais podem ser afetadas por vários fatores e no momento evidenciam-se as mais coerentes. As metas fixadas confirmam o comprometimento do Governo Estadual com a responsabilidade fiscal, contribuindo para a estabilidade e transparência das contas públicas, com o objetivo de assegurar um atendimento adequado das demandas da população, propiciando a criação das condições necessárias para o crescimento sustentado com inclusão social.

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:32

DATL/Casa Civil



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
LEI Nº 817 DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

ANEXO VII

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS
EXERCÍCIO 2010

(Art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

I – INTRODUÇÃO

O presente relatório se constitui numa avaliação preliminar quanto ao cumprimento das metas previstas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado no exercício de 2010.

O estabelecimento de metas, por meio do Programa de Ajuste Fiscal, tem sido nos últimos anos, um dos instrumentos norteadores da sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o Contrato, a intensidade do ajuste fiscal requerido terá como fundamento a estratégia escolhida pelo Governo Estadual e as ações específicas, que serão direcionadas para a obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar a cobertura do serviço da dívida, sem acúmulo de atrasos/deficiências.

As metas estabelecidas visam não só o equilíbrio das contas estaduais, mas também a possibilidade de manter um nível de investimento, principalmente em infra-estrutura econômica e social, capaz de proporcionar um contínuo desenvolvimento do Estado de Roraima.

II – DA ANÁLISE

a) Meta 1 – Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real

A meta 1 do Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal corresponde à manutenção da Dívida Financeira do Estado em valores não superiores à sua Receita Líquida Real Anual.

Em 2010, o saldo devedor da Dívida Financeira do Estado foi de R\$ 883 milhões e a Receita Líquida Real de R\$ 1,505 bilhões, evidenciando assim, que a Meta 1 foi atingida de maneira satisfatória, considerando que o Estado manteve a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real abaixo de 1,00:

Dívida Financeira / Receita Líquida Real

Prevista	Realizada
1,00	0,59

Fonte: Contabilidade SEFAZ

b) Meta 2 – Resultado Primário

A meta 2 consiste na obtenção de resultado primário positivo suficiente para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar a cobertura do serviço da dívida.

Apesar de o valor estar fora da meta estabelecida no montante de R\$ (-73 milhões), O Estado cumpriu a meta considerando o atraso na deficiência, com valor de R\$ (-7 milhões).

Resultado Primário em R\$ milhões

Prevista	Realizada
-15	-73

Fonte: Contabilidade SEFAZ

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:32

DATL/Casa Civil



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

c) Meta 3 – Despesas com Funcionalismo Público

Consiste em limitar as despesas com pessoal em 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). O Estado cumpriu a meta em 2010, alcançando um resultado de 47,47% do comprometimento da RCL:

Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida em %	
Prevista	Realizada
60,00	47,47

Fonte: Contabilidade SEFAZ

d) Meta 4 – Receitas de Arrecadação Própria

Nesta meta do Programa, o Estado se comprometeu em alcançar o valor mínimo de R\$ 453 milhões de Receita de Arrecadação Própria.

Considerando as arrecadações efetivadas no exercício de 2010 das receitas tributárias (ICMS, IPVA, Taxas e ITCD), receitas das contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços e outras receitas correntes e de capital, o Estado alcançou o total de R\$ 496 milhões, ficando 9,49% acima da previsão.

Portanto, o Estado cumpriu esta meta e este resultado no tocante ao ICMS deveu-se ao melhor planejamento e controle dentro do Departamento de Receita, especificamente nas Divisões de Fiscalização e Fiscalização de Mercadoria em Trânsito, onde houve de forma significativa controle nos postos fiscais de entrada e fiscalizações de profundidade em grandes contribuintes, além dos reflexos apresentados pela implantação da Área de Livre Comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim. No tocante ao IPVA a elevação da arrecadação deu-se em consequência do aumento da frota de veículos e a atualização do valor venal dos veículos.

Receitas de Arrecadação Própria em R\$ milhões

Prevista	Realizada
453	496

Fonte: Contabilidade SEFAZ

e) Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

A meta 5 do Programa foi alcançar os seguintes compromissos:

a. Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 49,37% em 2010, 45,73% em 2011 e 43,35% em 2012, conforme o Anexo I;

Em 2010 as outras despesas correntes ficaram acima do projetado em 11,59% em virtude do aumento ocorrido neste grupo de despesas, justificados anteriormente, porém a redução do FPE e outras receitas de transferências, maiores financiadores do Estado, a meta foi prejudicada em 3,72%. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)

b. Constituir estrutura técnica-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;

Embora não se tenha constituído uma estrutura técnica-institucional para o acompanhamento, a Secretaria de Planejamento e Secretaria da Fazenda estão presentes, representados pelos Secretários na constituição do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Roraima (CERR) e da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER). O Estado não cumpriu o compromisso. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

c. Constituir estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, de Planejamento, de Administração e Controladoria Geral;

Embora não tenha sido constituída uma estrutura técnico-institucional de acompanhamento e avaliação do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), foram realizadas algumas reuniões periódicas com os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN). Além disso, o Estado possui a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração (COFA), criada pelo Decreto nº 5.235-E, de 14/04/03, alterada pelo Decreto n.º 5.676-E, de 10/03/04.

O Estado cumpriu o compromisso, apesar da Secretaria do Tesouro recomendar maior integração entre as áreas. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)

d. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;

O Estado cumpriu o compromisso apresentando o relatório do site da Caixa Econômica Federal que comprova que as informações estão atualizadas. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)

e. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas; e

Meta cumprida, com a apresentação do Relatório. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)

f. Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O Estado somente a partir de abril/2010, iniciou sua estruturação para lançar as informações das ações governamentais através do Portal da Transparência, conforme determina a Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.185, de 17 de maio de 2010). No entanto, o Estado sofre com a implantação da Internet Banda Larga o que dificulta a execução dos lançamentos das informações em meios eletrônicos. (Fonte: Contabilidade SEFAZ)

f) Meta 6 – Despesas de Investimentos

Esta meta consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da Receita Líquida Real em 18,27% para o ano de 2010.

Conforme quadro abaixo, elevamos em 2,73% acima da previsão, tendo como principais fatores o investimento em infraestrutura de energia elétrica, construção e conservação de ponte e estradas vicinais, recuperação do asfalto da BR-174 em diversos trechos. Gastos estes que foram essenciais para o desenvolvimento do Estado.

Despesas com Investimento / Receita Líquida Real em %	
Prevista	Realizada
18,27	21,00

Fonte: Contabilidade SEFAZ



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Os esforços aplicados pelo governo para o cumprimento do ajuste fiscal no ano de 2010 não foram suficientemente eficazes diante das demandas da população e necessidades apresentadas pelo Estado, não cumprindo as metas 2 - Resultado Primário, 4 - Receitas de Arrecadação Própria e 6 - Despesas de Investimentos.

O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos acima apontados o sujeitará às sanções previstas em lei, porém ressalva que os demonstrativos apresentados em 2010 não implicam em um desajuste fiscal, mas leva o Estado a um comprometimento mais arrojado com novas metas para o triênio 2011-2013, aperfeiçoando o método de trabalho e reestruturação na área financeira, promovendo maior integração das áreas de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças através da implantação dos novos compromissos assumidos perante a Secretaria do Tesouro Nacional. Considerando o acima exposto, o Governo do Estado de Roraima solicita valer-se da regra contida no inciso IV do parágrafo único do Art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que confere ao Ministro de Estado da Fazenda o poder de revisar a avaliação pelo descumprimento de metas e compromissos "para todos os efeitos, à vista de justificativa fundamentada pelo Estado".

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil

Fone/ Fax: 0**(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 28/07/2011 17:12:32

DATL/Casa Civil